

DA CRÍTICA DO POPULISMO À VIDA PÚBLICA – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE FRANCISCO WEFFORT

Rafael Marchesan TAUIL¹

■ **RESUMO:** Neste artigo analisamos parte da trajetória político-intelectual de Francisco Corrêa Weffort, bem como sua interpretação do Brasil. Nossa hipótese principal sustenta que Weffort, com a formulação da teoria do populismo, construiu uma espécie de justificativa *ex-ante* para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979. Em suas primeiras interpretações sobre o Brasil, especificamente naquelas sobre o populismo, há um entendimento de que a efetiva democratização do país exigiria a ruptura com a tradição republicana centrada no tema da construção da nação. Teria sido exatamente tal leitura da realidade, com foco na crítica ao caráter demagógico do populismo, o principal motivo de seu engajamento em prol da criação de uma nova agremiação política dos trabalhadores que afirmasse não só uma perspectiva classista, como também rompesse com o conformismo e com a conciliação de classe típicos, em sua visão, tanto da tradição trabalhista quanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa forma de pensar, que visava romper com os marcos conceituais da tradição nacional-populista, ganhou corpo depois do golpe militar de 1964 e tornou-se hegemônica no ambiente acadêmico e entre a esquerda não vinculada ao PCB, durante a década de 1970, o que impulsionou uma parcela expressiva da intelectualidade a viver a experiência da política e a se engajar na construção do PT.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Francisco Weffort. Intelectuais. Pensamento político brasileiro. Interpretação do Brasil. Populismo.

O populismo na teoria de Francisco Weffort

O objetivo deste artigo é apresentar uma evolução histórica das formulações teóricas de Francisco Corrêa Weffort acerca do populismo e demonstrar algumas correspondências estabelecidas

¹ EPD – Escola Paulista de Direito. São Paulo – SP – Brasil. 01502-001. rafaeltauil@hotmail.com.

entre essas teorias e a realidade política. Entre os anos de 1963 e 1972, Weffort reelaborou de forma original um conceito já utilizado em larga medida em diferentes países e em distintos momentos históricos. O delineamento do conceito proposto pelo autor e sua respectiva adaptação à realidade brasileira ocorreu a partir das influências intelectuais recebidas durante sua formação acadêmica na Universidade de São Paulo (USP) e, principalmente, por intermédio de sua participação no Seminário do Capital (LAHUERTA, 2005). Além disso, o contato com intelectuais latino-americanos – entre eles Gino Germani, Torquato Di Tella, José Medina Echavarría e Aníbal Quijano –, que também estavam se dedicando a esta temática em seus países de origem, colaborou com suas reflexões. Suas ideias, que a princípio se concentravam na formulação rigorosa de um conceito, através de bases teóricas marxistas, weberianas e durkheimianas fundamentalmente, se converteram em uma crítica perspicaz de teses consagradas tanto entre os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como entre os do Partido Comunista (PCB).

Procuramos demonstrar de que maneira a trajetória intelectual de Weffort – caracterizada pela formação uspiana; pelas experiências junto à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); e também, pelo contato com os professores, à época, da ainda incipiente área de Ciência Política da USP (Paula Beiguelman, Lourival Gomes Machado, Fernando Henrique Cardoso, entre outros) – permitiu-lhe reavaliar o conceito de populismo e apontar como esse fenômeno influenciou a política nacional. As elaborações teóricas de Weffort partiram de uma tipificação – nos moldes científicos-sociológicos – de um fenômeno político e se transformaram em uma crítica radical ao nacional-desenvolvimentismo e ao marxismo de orientação soviética, o que teria convertido o autor em uma espécie de portador da síntese do acúmulo intelectual marxista uspiano. Em decorrência disso, ele se colocou contra a política de alianças e os arranjos políticos propostos pelo PCB, questionando o que considerou ser sua submissão ao sindicalismo oficial e explicitando sua total divergência em relação à ideologia nacional-desenvolvimentista isebiana.

O fortalecimento desta interpretação, que posicionava a “velha política” e a “esquerda dogmática” como representações do atraso brasileiro, e a aceitação do conceito de populismo por

uma parcela significativa da intelectualidade e dos atores políticos e da sociedade civil, que se mobilizava em torno de movimentos políticos nos anos de 1970, permitiram-lhe afirmar-se como um intelectual público. O que pode ser confirmado por sua atuação na luta democrática contra a ditadura e, mais especificamente, na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979. Weffort permaneceu no PT por aproximadamente 15 anos, onde atingiu posições de destaque, como a de secretário geral, entre os anos de 1983 e 1987, e a de coordenador das campanhas presidenciais de 1989 e 1994, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Weffort e a discussão sobre o populismo na USP

No trabalho intitulado *Política de massas* (1965), aparecem os primeiros esboços elaborados por Weffort sobre o conceito de populismo. Procedendo a uma análise mais aprofundada, podemos afirmar que, para este autor, o populismo deveria ser compreendido enquanto expressão política de interesses determinados de classes. E, no caso específico brasileiro, de uma elite liberal decadente a quem teria restado apenas a aproximação dos interesses mais reacionários da sociedade. Tal formulação possibilitaria uma maneira de mascarar os interesses reacionários, travestidos em interesses “das massas”. Ao criticar os ideólogos isebianos, os pecebistas e o trabalhismo, Weffort procurava mostrar que o populismo não seria nada além de um conjunto de ideais nacionalistas materializados na política demagógica de uma liderança carismática que esvaziaria a luta de classes. Ou seja, de um “nacionalismo que, do mesmo modo que o líder populista, obscurece o sentido de classe da emergência política das massas e do aparecimento do proletário no bojo do desenvolvimento capitalista” (WEFFORT, 1965, p. 190). Para ele, o fenômeno do populismo poderia ser caracterizado por três elementos essenciais: 1) o processo de massificação capaz de desligar os indivíduos massificados de seus quadros sociais de origem; 2) a crise de hegemonia da classe dirigente; e 3) a presença de um líder carismático.

Publicado no livro *Política e Revolução Social no Brasil*, de 1965, o texto que tem caráter eminentemente político, inicia suas críticas à ideologia nacionalista² e ao que considera ser o papel

² A frase “O nacionalismo é pouco mais que a consagração do Estado”, de autoria de Weffort (1965, p. 195) explicita a crítica deste autor aos nacionalistas e a suas relações com o Estado. Tal denúncia

conciliador do PCB. Ou seja, torna pública a diferença teórico-política dos intelectuais uspianos e integrantes do Seminário do Capital³ com a esquerda oficial. Ainda não há nesta obra uma preocupação com a acuidade na formulação do conceito de populismo, tampouco uma interlocução com os autores latino-americanos que vinham teorizando sobre essa temática, pois Weffort só viria a ter contato com estes intelectuais após sua ida para a CEPAL. Entre seus interlocutores figurariam Gino Germani⁴ e José Medina Echavarría, para citarmos apenas dois exemplos.

Weffort escrevera o texto em 1963, evidenciando uma interpretação política unida a uma leitura de corte classista sobre o Brasil. Dois trechos do livro *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, colocados como epígrafe de seu trabalho, denotam uma apropriação das obras de Marx⁵ que iria além daquelas realizadas ainda na primeira fase do grupo⁶ do Capital. A preocupação com a política explicaria, em boa medida, a perspectiva compreensiva por meio da qual Weffort iria interpretar o populismo no Brasil, centrada na noção de bonapartismo e preocupada em compreender o papel do Estado tanto na “modernização” da sociedade brasileira quanto na manutenção de uma “situação de compromisso”, capaz de equilibrar os interesses políticos contraditórios e/ou de classes (BARBOZA FILHO, 1980)

O que diferenciava a formulação de Weffort das demais interpretações era, já naquele momento, seu entendimento sobre o papel do Estado enquanto principal agente transformador

assumiria feições mais radicais com a publicação do seu texto intitulado *O populismo na política brasileira*, em 1978.

³ O Seminário do Capital foi formado no ano de 1958 na FFLC – USP, sendo composto por intelectuais como José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Fernando Novais, Paul Singer, Bento Prado, Ruth Cardoso, o próprio Weffort, entre outros. A ideia inicial de formação do grupo coube a Giannotti enquanto a sugestão de leitura do *Capital* a Fernando Novais. Giannotti havia retornado da França onde participara do grupo Socialismo ou Barbárie, liderado por Claude Lefort e Cornelius Castoriadis. O grupo tinha como objetivo inicial proceder a uma ressignificação da obra marxista. Paralelo a isto, Karl Marx passou a ser mobilizado para a análise da realidade brasileira. Em outras palavras, buscava-se uma “leitura imanente” do capital em busca de pistas que pudessem colaborar com uma nova compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro (LAHUERTA, 2005).

⁴ Germani foi um dos pioneiros no estudo dos movimentos populares na América Latina.

⁵ Embora não faça menção direta em seu texto, é possível concluir que Weffort estaria se utilizando também de algumas ideias marxistas provenientes da obra *A guerra civil na França*, para isto é interessante consultar as análises de Barboza Filho (1980) e de Maia (2001).

⁶ Além de uma leitura sistemática da obra *O Capital*, o grupo inicial deu atenção a algumas obras de Lukács e Sartre.

das mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil.⁷ Esta chave interpretativa foi influenciada pelas leituras das “obras políticas” de Marx e também pelo estudo da obra *O Capital* no grupo liderado por Giannotti. Isso teria permitido a Weffort unir a ideia de bonapartismo à noção weberiana de líder-massa a partir de uma visão classista de sociedade, que permeava a intelectualidade acadêmica paulista da época.

Além dos elementos teóricos mencionados anteriormente, e da disputa pela hegemonia entre intelectuais paulistas e cariocas no campo sociológico, é importante pensar que este texto foi escrito um ano antes do golpe de 1964 e publicado exatamente um ano depois. Ou seja, é razoável supor que ele pode ser considerado o retrato de um momento de profunda efusão política, na qual a polarização extremada entre “esquerda” e “direita” estava na ordem do dia.

É significativo destacar que esse primeiro trabalho escrito por Weffort parece ser justamente aquele que daria a tônica à sua concepção de Brasil. Isto é, o texto já continha uma crítica radical à “velha” política institucional e afirmava uma perspectiva de corte classista. A este questionamento, seriam adicionados elementos teóricos importantes, como o legado intelectual de Florestan Fernandes para a construção, com maior perícia, do conceito de populismo, e a incorporação das formulações de autores como Gino Germani, William Kornhouser, José Medina Echavarría, Torquato Di Tella, Alain Touraine, entre outros.

No entanto, a despeito dessas influências intelectuais, o que estava desde o início presente nas interpretações de Weffort eram as críticas ao nacionalismo, ao colaboracionismo político e de classes, ao elitismo da esquerda oficial, e à tradição republicana do país. Estes questionamentos vão permear seus trabalhos até o final dos anos 1970, quando as teorizações sobre a democracia passam a constituir o *leit motiv* de suas formulações intelectuais. A fase inicial de suas interpretações é – como afirmou Lahuerta (1999) – um retrato bem-acabado da participação de Francisco Weffort no Seminário do Capital. As críticas da analítica uspiana ao nacionalismo o teriam levado a adotar, desde aquele momento, uma postura “anti-institucional” e “voluntarista”, que proclamava a necessidade de uma ruptura

⁷ À época, Cardoso (1964) constatava, ainda que numa chave um pouco diferente, a mesma deficiência na elite econômica – neste caso, os empresários industriais – no sentido de contribuir com o desenvolvimento nacional.

com a lógica histórica e política que orientara a vida pública do país desde sua fundação.

Weffort e o populismo na USP II

Enquanto no texto *Política de massas* (1965) fica evidente uma intenção eminentemente política nas formulações de Weffort, expressa pelas narrativas de teor ideológico e uma menor preocupação com a “ciência”, em *Raízes sociais do populismo* (1965a), a “sociologia de Florestan” aparece com maior relevo. Ainda que isso ocorra com a assimilação de um marxismo singular, inspirado nas leituras feitas no grupo de “O Capital”. Nessa obra, Weffort mobiliza, a um só tempo, a teoria marxista, a weberiana e a durkheimiana para fornecer as bases científicas à ideia de populismo. Está presente também no texto um tipo de artesanato intelectual típica da Sociologia científica e profissional cultivada na escola uspiana. Ou seja, há um esforço explícito de “aperfeiçoamento científico” da noção de populismo, mas que contem também um movimento de legitimação acadêmica frente a seus pares da universidade.⁸

No trecho a seguir, a ideia weberiana de “conexões de sentido” é relacionada ao conceito de “totalidade concreta”, consagrado na obra *História e consciência de classes*, de G. Lukács publicada originalmente, em 1923, e à noção durkheimiana de função social que o populismo teria naquele contexto.

Assim, a descrição de conexões de sentido necessariamente concebe o fenômeno em estudo fora de uma totalidade histórico-concreta. Em nosso caso, porém, este caráter obrigatoriamente a-histórico da análise tem a significação particular, e talvez insólita, de que tomamos a história “em abstrato”. Com efeito, não fazemos uma análise dinâmica do populismo, pois não temos todos os elementos necessários para elucidar sua função e significação no processo histórico brasileiro concebido como totalidade concreta. Não obstante, fazemos a descrição de sentido de um fato visto como momento de uma totalidade histórica que, se não está empiricamente dada no contexto da análise, pode, porém, por força

⁸ O esforço de refinamento teórico e a busca de legitimidade no campo intelectual – preocupações típicas de um estudante de doutorado naquele contexto, marcado pela disputa entre os alunos de Florestan Fernandes – teriam, em nossa visão, motivado Weffort a unir cada vez mais a Sociologia científica com a Política em seus textos posteriores. O que pode ser atestado por sua tese de livre-docência, defendida em 1972.

deste mesmo contexto, ser imaginada como possível. Em outros termos: nossa análise de sentido se abre para um conhecimento totalizante, pois supõe a vigência de uma totalidade histórica como seu horizonte. Este suposto altera o caráter da descrição, ou melhor, amplia seus limites (WEFFORT, 1965a, p. 40-41).

As ideias de “compreensão de sentido” e “formas de legitimidade das relações de dominação” fazem referência direta a Weber, mas, ao mesmo tempo são aproximadas das concepções de “consciência individual e de classe”. Este “vocabulário intelectual”, nos termos de Pocock (1971), típico do *modus operandi* da sociologia uspiana à época, fornece a estrutura essencial/básica para o aprimoramento do conceito de populismo de Weffort, conforme verificaremos mais adiante.

Partindo de uma análise imanente, é possível identificar quais são as influências que compõem o significado do conceito de massa para este autor. Segundo Weffort, o conceito de massa estaria sendo compreendido tanto a partir de uma chave interpretativa weberiana (explícita), que considera a massa como o elemento central “submisso” presente nas relações típicas de dominação, quanto de uma lógica marxista de viés classista (implícita), isto é, que define o conceito de massa enquanto representação de uma fração de classe desprovida de consciência. A “articulação” das duas perspectivas teria como fim explicitar a “função social” do fenômeno do populismo na sociedade brasileira. Desse modo, percebe-se que a busca do rigor científico, exigida no ambiente universitário, embora não constituísse a principal preocupação dos trabalhos de Weffort⁹ no período, o impelia como estudante, a despeito de uma possível recusa ética, a fazer um esforço de construção intelectual baseado no cientificismo sociológico.

O trecho seguinte demonstra as bases sobre as quais estiveram fundadas algumas das formulações de Weffort acerca do populismo:

A compreensão de sentido, na orientação definida pela sociologia de Weber, deveria ater-se aos conteúdos da consciência individual, o que significa, em nosso caso, focalizar as relações líder-massa, típicas do populismo em termos das formas de legitimidade das

⁹ Haja vista que, com o passar do tempo, Weffort foi se afastando cada vez mais da sociologia em direção ao campo da política, tanto da Ciência Política quanto da política *stricto sensu*.

relações de dominação. Esta perspectiva [ao ser] adequada para a compreensão do sentido que se atribuem reciprocamente o líder e os indivíduos conglomerados na massa – parece-nos, não obstante, insuficiente, pois a exigência de esclarecimento das diferenças sociais efetivas entre a liderança carismática de Jânio Quadros e a liderança patriarcal de Adhemar de Barros conduz a análise a transcender a consciência individual e a orientar-se para compreendê-las como formas de consciência de classe (WEFFORT, 1965a, p. 40-41).

No excerto à frente, Weffort destaca a noção de consciência de classe como o elemento central de suas interpretações sobre o populismo; e justifica o “nível descritivo” como o único recurso possível de explicação sociológica, tendo em vista a ausência de elementos empíricos que possibilitassem uma análise “concreta e totalizante”.

Como se perceberá no andamento do trabalho, a noção de consciência de classe se constitui no próprio núcleo de nossa interpretação do populismo. Não obstante, dada a ausência de elementos empíricos que nos permitam uma análise totalizante e concreta, a superação do âmbito da consciência individual não significa a superação dos limites mais gerais da orientação tipológica que indicamos anteriormente. Portanto, apesar de que a noção de consciência de classe oriente a análise na linha das conexões entre a consciência e a posição estrutural de um grupo, não temos a possibilidade de superar radicalmente o nível descritivo, pois, no fundamental, somos obrigados a operar com os recursos de imputação de sentido (WEFFORT, 1965a, p. 40-41).

A união entre as ideias de Marx e as de Weber fica explícita quando Weffort (1965a) afirma a existência de conexões entre determinadas “formas de legitimidade” e determinadas “situações de classe”, possibilitando a redefinição de tais formas como “modos de expressão de consciência de classe”.

O preâmbulo do artigo escrito por Weffort nos remete invariavelmente ao prefácio e à introdução das teses de doutorado de Fernando Henrique Cardoso (1962) e Octavio Ianni (1961). Ambos os autores, que foram alunos de Florestan Fernandes e integraram o grupo de “O Capital”, em 1958, escreveram detalhadamente, nas “introduções metodológicas” de suas respectivas

teses de doutorado, como seriam realizadas as análises sobre a abolição da escravidão e a inserção do negro na sociedade de classes. Tais introduções, ao buscarem substituir o estrutural-funcionalismo pelo materialismo histórico dialético, são vistas por diferentes estudiosos, ainda nos dias atuais, como tentativas de emancipação intelectual em relação a Florestan Fernandes. De outro modo, tais estudos expressaram um retrato fiel da união entre a influência de Florestan em suas formações e os traços impressos pelas leituras feitas no Seminário do Capital. Além disso, representaram um esforço de profissionalização para que ambos se qualificassem para assumir uma posição de destaque na universidade (LAHUERTA, 2005).

Ainda que este texto de Weffort seja matizado pelas “análises classistas”, típicas da época, a união de categorias weberianas às interpretações marxistas da realidade brasileira permitiu que sua análise se distanciasse, de alguma maneira, das leituras aceitas no período. O fenômeno do populismo, embora apresentasse explicações assentadas sobre as bases da teoria social, característica do seu momento de formulação, se deslocou da esfera da Sociologia para a da Política, para o que as obras de Max Weber teriam contribuído decisivamente.

O que seria, inicialmente, um levantamento de dados quantitativos sobre as eleições para o governo de São Paulo, em 1962, isto é, um trabalho sem a pretensão de realizar uma análise qualitativa, acabou por contribuir para a ressignificação¹⁰ de um conceito-chave, utilizado em larga medida para explicar fenômenos políticos e sociais no Brasil, e na América Latina, e também para a formação de uma nova interpretação sobre o Brasil (LAHUERTA, 1999), que teria posteriormente desdobramentos importantes no campo político do país.

Weffort e o populismo na CEPAL

A ida para a CEPAL, em 1964, que resultou de uma indicação de Fernando Henrique Cardoso, possibilitou que Weffort tomasse contato com a obra de autores latino-americanos que vinham trabalhando com as noções de massa e desenvolvimento. Sobre

¹⁰ Utilizamos a noção de ressignificação, pois há algum consenso entre os estudiosos do tema de que a ideia de populismo apareceu pela primeira vez na Rússia, com o movimento Narodnik, e foi utilizada ao longo do tempo em diferentes países da Europa, inclusive, do leste europeu, além de países como EUA, México, etc.

as circunstâncias que propiciaram o referido convite é importante destacar a visita do sociólogo espanhol, José Medina Echavarría, ao Brasil. Echavarría, que conhecia o trabalho de Florestan Fernandes e de seus colaboradores, convidou Fernando Henrique Cardoso para integrar o grupo de intelectuais da CEPAL. Naquele momento, a referida instituição estava à procura de pesquisadores brasileiros para trabalhar com investigações sociológicas. Ocorre que, entre os anos de 1962 e 1963, Cardoso ambicionava assumir a cátedra de Ciência Política na universidade, o que o levou a repassar o convite a Weffort, que o aceitou prontamente.

A experiência de Weffort na CEPAL proporcionaram importantes influências teóricas que foram incorporadas ao seu trabalho de doutorado. Além dos diálogos com as obras de autores como Gino Germani, Torquato Di Tella, José Medina Echavarría, Aníbal Quijano. Outras influências intelectuais, ligadas ao campo da política, também se fizeram sentir no texto de Weffort.

Talvez, o exemplo mais representativo desta influência tenha sido a obra *Revolução na revolução*, de 1967, de autoria de Régis Debray, amigo de Fidel Castro e companheiro de luta armada de Che Guevara. Inspirado pela Revolução Cubana, pelo filósofo marxista Louis Althusser e pelo trabalho de Frantz Fanon, intitulado *Os condenados da terra*, de 1961, que justificava, de certo modo, o uso da violência em experiências revolucionárias, Debray criou uma espécie de teoria da revolução latino-americana. Suas formulações intelectuais influenciaram profundamente a cultura política da esquerda nesta região durante o fim da década de 1960. Tendo como paradigma a Revolução Cubana, este autor desenvolveu a teoria do foquismo, isto é, a estratégia revolucionária adotada por boa parte da esquerda ingressante na luta armada. O foquismo consistia num método de guerrilha que buscava criar diferentes focos de revolução em diversas partes do mundo com a finalidade de combater o imperialismo e o capitalismo naquele momento.

Acredita-se que Debray tenha se envolvido com a Revolução Cubana mais do que qualquer outro intelectual da esquerda ocidental, transformando-se em um dos seus principais ideólogos. De certo modo, sua obra foi responsável por uma nova interpretação dos fatos e registros provenientes da Revolução Cubana e foi apresentada a Weffort, e a alguns de seus colegas da CEPAL, pelo cientista social peruano Julio Cotler Dolberg. Este autor realizou seus estudos de graduação e pós-graduação

entre Peru e França e, mais tarde, assim como Debray e Weffort, adquiriu uma posição como intelectual público ao assumir o cargo de Ministro da Educação no Peru.

Sobre a cultura radicalizada de parte da esquerda, que optou por ingressar na luta armada no Brasil, Weffort teceu alguns comentários em entrevista cedida por ele em 2015:

Vem daí um clima de crítica à esquerda que participa desta atmosfera de radicalismo, que leva a luta armada. É claro que o que leva a luta armada são outros episódios políticos que vão ocorrer em vários lugares, em vários outros países [...], mas no mundo das ideias é isso que ocorre (WEFFORT, 2015).

A permanência de Weffort na CEPAL – da qual Fernando Henrique Cardoso também faria parte, após sair do país em 1964 – não alteraria os marcos compreensivos que vinham conferindo contorno às suas formulações interpretativas. Ao nos debruçarmos sobre a tese de doutorado de Weffort, *Classes populares e política: contribuição ao estudo do 'populismo'*, defendida em 1968, na Universidade de São Paulo, nos deparamos com questões semelhantes às que apontamos em seu primeiro trabalho, escrito em 1963 e publicado em livro em 1965.

De toda forma, as novas referências teóricas e o “formato de trabalho acadêmico” exigiram de Weffort que o levantamento e a análise dos dados fossem realizados com maior acuidade, traço que não estivera tão presente em seu primeiro texto, *Política de massas*, de 1963. Embora este esforço possa ser compreendido por tratar-se de um trabalho de doutoramento, tal hipótese perde sentido se compararmos o doutorado à sua tese de livre-docência, pois, ainda que esta apresente e contenha a análise de uma quantidade expressiva de informações, ela também demonstra um caráter político-ideológico bastante exacerbado, seja pela retórica mais radical com relação à importância dos movimentos sociais no processo de rompimento com a tradição política brasileira, seja pela crítica severa aos comunistas no Brasil. Tal transformação na abordagem dos temas talvez possa ser explicada pelos contextos político e ideológico no qual as duas pesquisas foram desenvolvidas. A primeira pesquisa entre os anos de 1964 e 1968 (período em que a ditadura ainda não havia demonstrado seu caráter mais agressivo, pelo menos não explicitamente) e, a segunda, entre os anos de 1968 e

1972 (momento de endurecimento do regime militar e de um cerceamento mais acirrado das liberdades intelectuais). Também é possível sugerir que a redução das críticas ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo e ao nacional-populismo, na tese de 1968, decorra da relação de Weffort com a CEPAL no referido período. Ou seja, ele compunha os quadros de uma instituição que, de certa maneira, fomentava boa parte das ideias nacionalistas criticadas em seus trabalhos iniciais.

Os temas principais de sua tese foram a inserção das classes populares nas estruturas vigentes do poder, o papel que este novo ator teria no equilíbrio de forças e o modo como a estrutura do Estado seria capaz de lidar com tal “reestruturação”. Segundo Weffort, um novo “agente social”, representado pelas classes populares, passava a exercer uma dupla pressão sobre as estruturas da política, a saber: 1) sobre as instituições do Estado, com a ampliação das possibilidades de participação popular na política, em especial por intermédio do voto, e na vida social como um todo através da obtenção de direitos sociais, a exemplo da educação etc., e 2) sobre as instituições do mercado, com especial atenção à ampliação das possibilidades de emprego e consumo.

Este novo ator social seria proveniente dos processos de industrialização e migração campo-cidade, e estaria surgindo num momento em que a hegemonia do poder político se encontrava em crise. Neste cenário, ao passo que as oligarquias agrárias tradicionais estavam em decadência e vinham perdendo seu poder econômico diante do desenvolvimento industrial, que resultou dos efeitos do fim da I Guerra Mundial e da crise de 1929, as classes médias em ascensão não se mostravam preparadas, tampouco dispostas a preencher este espaço, o que deixava um verdadeiro vazio político.¹¹ Nas palavras de Weffort (1968, p. 50), estas classes foram incapazes “[...] de substituir o antigo regime por uma nova ordem conformada à sua maneira e da qual fossem a garantia de sustentação e vigência”.

Restaria como alternativa ao Estado incorporar as novas massas populares às suas bases, o que deveria ser feito através de uma “manobra” cuidadosa, pois, pelo contrário, corria-se o risco de proceder a um desarranjo capaz de desestabilizar de uma vez por todas as relações entre as diferentes frações econômicas, políticas e ideológicas. Diante de um cenário no qual nem as oligarquias decadentes, nem as classes populares em

¹¹ A expressão “vazio político” é de autoria de José Medina Echavarría.

ascensão se mostravam aptas a assumir este eixo de equilíbrio, coube ao Estado se encarregar desta função. Segundo Weffort, nenhuma dessas frações de classe parecia ter clareza suficiente nos momentos de decisão. Decorre do exposto, a utilização de expressões como “estado de compromisso”, “ideologia de estado”¹², “árbitro de classes”, entre outras, para caracterizar o papel de tutela representado pelo Estado naquele momento.

Este arranjo político seria a expressão máxima do populismo e, de acordo com Weffort, o “nó górdio” de um problema sem solução. Sua questão era que, embora o arranjo fosse funcional durante a fase de transição de uma “sociedade tradicional” e dependente¹³, assentada em bases agrárias, para um regime capitalista em desenvolvimento, o seu colapso não demoraria a vir à tona por conta de suas contradições. Tais contradições residiriam no fato de que, se, por um lado, as massas estavam sendo incorporadas à esfera econômica, através do consumo e ampliação das possibilidades de emprego e, ao âmbito político, por intermédio do voto e da obtenção de direitos sociais, como a educação formal. Por outro, suas condições permaneciam as mesmas em relação às suas classes de origem. Em outras palavras, a ascensão social não possibilitava o rompimento das barreiras de classe, o que tinha como consequência a crescente insatisfação destas massas. O que levou Weffort a considerar este fenômeno paradoxal.

Portanto, ainda que as classes populares estivessem em “situação de disponibilidade” para manipulação por parte do Estado populista, inclusive, servindo como “massa de manobra” e fonte de legitimação do chefe de Estado, novas insatisfações não tardariam a aparecer. Isto porque a contradição presente no nível socioeconômico, relativa à inserção no mercado via consumo e maiores possibilidades de emprego, se expressava igualmente no nível político-ideológico, uma vez que as classes populares eram incorporadas ao Estado, mas continuavam na posição de “parceiro fantasma” (WEFFORT, 1965), isto é, permaneciam sem exercer, de fato, uma influência maior no jogo político. Daí, Weffort (1968) tomar emprestada a noção de “*démocratisation par la voie*

¹² A expressão é tomada de empréstimo da obra de Bolívar Lamounier e muito utilizada por Weffort durante sua trajetória intelectual.

¹³ A expressão tem como referência o trabalho *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, de autoria de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e publicado em 1970. Este texto seria, posteriormente, alvo de crítica de Weffort no artigo, de 1971, “Notas sobre a ‘teoria da dependência’: teoria de classe ou ideologia nacional?”

autoritaire”, de Alain Touraine, isto é, a ideia de democratização pela via autoritária.

A conquista da cidadania, ou seja, da igualdade de direito, não elimina a desigualdade de fato; antes, pelo contrário, dá a possibilidade de que se manifeste a insatisfação em face da desigualdade. Esta dupla determinação da situação social e política das massas é uma das raízes para a explicação da ambiguidade permanente de seu comportamento no período do populismo: as classes em ascensão servem à legitimação do regime na medida em que pressionam através das políticas populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e, deste modo, tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do *status quo*. Assim, toda política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação (WEFFORT, 1968, p. 139).

Em síntese, de acordo com Weffort, o populismo seria constituído por uma estrutura estatal semicorporativista, formada por indivíduos análogos a entidades anexadas ao próprio Estado, herança de uma “sociedade tradicional” e dependente. Não sem motivo, a única ideologia capaz de emprestar real sentido ao fenômeno do populismo era o nacionalismo. No campo da política, mantendo o “estado de compromisso” e, no campo da economia, atuando como agente do desenvolvimento, bem representado pela intervenção do Estado na condução deste campo. Desse modo, é importante considerar que

[...] nas condições estruturais típicas de um país dependente, esta não era uma tarefa simples. Exatamente porque a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, ela impõe ao capitalismo dependente um sério desafio: compatibilizar desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático. E isto significa em última instância romper radicalmente com [...] a formação das sociedades dependentes. Os movimentos populistas, nascidos desta crise de formação e, portanto, desde o nascimento comprometidos com ela, tiveram o mérito de propor a tarefa, mas se revelaram incapazes de realizá-la (WEFFORT, 1968, p. 140).

Para Weffort, a dificuldade de romper com a lógica de uma sociedade dependente havia fracassado em virtude do próprio desafio que significava contrapor um fundamento nascido desta própria crise de formação e, portanto, comprometido com ela desde a sua origem.

Weffort e o populismo no CEBRAP

Posteriormente à formação uspiana, à sua experiência no Seminário do Capital e à sua ida para a CEPAL, Weffort seria convidado por Fernando Henrique Cardoso a participar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)¹⁴, onde trabalhou como pesquisador entre os anos de 1969 e 1976. Neste Centro, sob a liderança de Cardoso e José Arthur Giannotti, e ao lado de intelectuais como Roberto Schwarz, Carlos Estevam Martins, Francisco de Oliveira, Vilmar Faria, Leôncio Martins Rodrigues, Paul Singer, Ruth Cardoso, entre outros, ocorreu boa parte dos estudos e pesquisas realizados por Weffort. As pesquisas empíricas e a primazia nas metodologias adotadas por seus pesquisadores, nas diferentes linhas de investigação, foram responsáveis pela crescente proeminência do Centro e por sua legitimação frente ao cenário político enquanto uma instituição de excelência.

Fatores como a internacionalização das Ciências Sociais; os *approaches* teóricos “institucionalistas”, provenientes principalmente das universidades norte-americanas; o relacionamento com instituições privadas, que financiaram inicialmente o Centro, e a experiência internacional de seus intelectuais em instituições como a CEPAL, o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) exerceram larga influência nas investigações desenvolvidas no CEBRAP. A hipótese de que Fernando Henrique Cardoso tenha sido o intelectual mais importante no processo de internacionalização dessas ciências se apoia no fato de suas habilidades neste campo terem facilitado a obtenção de financiamentos para o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), no início dos anos de 1960. Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier e

¹⁴ Para uma análise aprofundada sobre a fundação do CEBRAP, suas principais linhas de pesquisa e seu papel como centro de investigação durante a ditadura militar ver Sorj (2001), Baptista (2009), Lahuerta (1999), Pécaut (1990) e Chilcote (2014).

Vilmar Faria¹⁵ também representaram bem a incorporação de um novo modelo de pesquisa, mais pautado pelos marcos teóricos e metodológicos da Ciência Política, pois trouxeram consigo do exterior, tanto dos EUA como da Inglaterra, os “ensinamentos” da *Political Science*.¹⁶

Num ambiente de cerceamento da liberdade intelectual e de profissionalização dos cientistas sociais, continuaram presentes na agenda intelectual paulista as críticas à ideologia nacional-populista e o fortalecimento de novas pautas de pesquisa, como o questionamento das teorias estagnacionistas e o aprofundamento das teorias estruturais sobre a dependência e caracterização dos regimes autoritários, na crítica de suas instituições e na busca pela compreensão das bases sociais que os conformavam e lhes davam sustentação. Algumas obras foram significativas neste contexto, entre elas: *O regime político brasileiro* (1972) e *Autoritarismo e democratização* (1975), de Fernando Henrique Cardoso; *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil* (1971), escrita por José Serra em coautoria com Maria da Conceição Tavares; *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira; *As contradições do milagre* (1973), de autoria de Paul Singer, e *Os partidos e as eleições no Brasil* (1975), coordenado por Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier.

Naquele momento, Weffort continuava se dedicando aos estudos sobre a importância política da classe operária e do movimento sindical. Inclusive, defende na Universidade de São Paulo sua tese de livre-docência: *Sindicatos e política*, em 1972. Com esse trabalho, de certo modo, Weffort completava sua formulação sobre o populismo e o sindicalismo, consolidando uma

¹⁵ “Os três fizeram, igualmente, cursos de pós-graduação no exterior (EUA e Inglaterra), onde as influências recebidas foram consideradas um tanto difusas. Isso, porém, significou a assimilação ‘de um certo padrão de trabalho científico’ e a preocupação com temas de cunho especificamente político: democracia, eleições, partidos etc.” (SORJ, 2001, p. 36).

¹⁶ Esta cientificação da política e o esforço de fortalecimento da autonomia deste campo de estudos foram também uma tentativa de fazer frente à hegemonia sociológica uspiana e ao marxismo presente naquela mesma escola. Mineiros e cariocas (nas figuras de Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, entre outros) se uniram num esforço comum em busca de conferir estatuto científico à Ciência Política na produção de pesquisas empíricas de forte rigor científico e desferiram pesadas críticas aos trabalhos produzidos na escola uspiana, tendo como principais alvos Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort. Talvez a polêmica mais acentuada seja representada por um texto de Wanderley Guilherme dos Santos, no qual este autor denuncia a falta de rigor da Sociologia produzida na USP nos seguintes termos: “É como se o zelo conceitual dispensasse maior apuro na investigação efetiva [...]” (SANTOS, 1980, p. 25). Já de acordo com Forjaz (1997), o alvo da crítica dos cariocas e mineiros era o “reducionismo” economicista dos uspianos, reducionismo este que foi, inclusive, reconhecido por Weffort, em entrevista em 2015, ao reavaliar algumas de suas formulações sobre o populismo.

interpretação classista da história do país que se nutria de uma perspectiva de ruptura com a tradição republicana, inclusive com aquela que se alinhava com o PCB. Tal movimento lhe garantiu um lugar singular no cenário intelectual do país, permitindo-lhe pautar uma linha específica de investigação, reunindo em torno de si um grupo singular de estudos que contava com a participação de intelectuais como José Álvaro Moisés, Luís Werneck Vianna, Regis de Castro Andrade, Ingrid Sarti e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Este grupo ficou conhecido no CEBRAP como o “grupo da classe”, pois seu interesse principal era compreender o protagonismo do movimento operário na época a partir de um recorte classista.

Weffort anunciava já em seus trabalhos de pesquisa sobre o populismo, nos anos de 1960 e 1970, o surgimento de um novo ator político. Este ator estaria representado, conforme mencionamos, pelas classes populares que atingiam naquele momento o *status* de “cidadão”, através da inclusão no mercado de trabalho, das leis trabalhistas criadas durante o Estado-Novo e das novas possibilidades de consumo abertas pelo processo de modernização capitalista. O reconhecimento e a leitura “afiada” sobre o fenômeno de surgimento deste novo ator político levaram Weffort a um engajamento maior nas pesquisas a respeito das classes populares e dos movimentos sociais. Tais movimentos seriam, segundo este autor, provenientes, entre outros fatores, do rápido processo de urbanização e industrialização pelo qual o país vinha passando.

O grupo de estudiosos liderados por Weffort – que em boa parte o acompanharia na fundação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), alguns anos mais tarde – se debruçou sobre a temática da classe operária e a importância de sua autonomia e independência em relação ao Estado, sendo o primeiro conjunto de pesquisadores a identificar a relevância daqueles atores que contribuiriam com a formação do PT anos depois. Durante o final dos anos 1960 e início dos 1970, importantes investigações foram realizadas sob sua supervisão. A orientação de Weffort e a temática do surgimento da classe operária formaram os eixos em torno dos quais as pesquisas seriam realizadas.

Entre os trabalhos mais representativos deste momento podemos destacar: 1) os estudos desenvolvidos por José Álvaro Moisés sobre a “greve dos 300 mil” em São Paulo, em 1953, e

sobre as formas de participação política de grupos sociais subalternos na Região da Grande São Paulo, entre os anos de 1950 e 1960, que resultariam, respectivamente, na publicação do livro *Greve de massa e crise política* e em sua tese de doutorado *Classes populares e protesto urbano*, em 1978, quando este autor já integrava o CEDEC; 2) as investigações de Luiz Werneck Vianna sobre sindicalismo e a formação da classe operária no Brasil, tendo como pano de fundo as relações entre as classes subalternas e o Estado, que resultariam em sua tese de doutorado *Liberalismo e sindicato no Brasil*, defendida na USP, em 1976, e, 3) a pesquisa de Ingrid Sarti sobre os trabalhadores portuários da cidade de Santos e suas relações com a Política, que teria como resultado sua dissertação de mestrado *Estiva e política: estudo de caso no porto de Santos*, defendida em 1973, também nesta universidade.

Embora em consonância com algumas linhas interpretativas constituídas no CEBRAP, Weffort estabeleceu a linha mais radical de divergência em relação ao nacionalismo da época, propondo uma ruptura com a “tradição política” da era Vargas, através de proposições que, por um lado, denunciavam o populismo e o sindicalismo corporativista, e, por outro, questionavam a ineficiência e a posição subalterna da esquerda, representada pelo PCB, em relação ao sindicalismo oficial. Em sua visão, o partido não buscava alternativas para o rompimento com a estrutura política da época fundada em alianças entre as classes médias e as oligarquias tradicionais.

Esta crítica de Weffort já estava presente em seu primeiro texto publicado do livro *Política e revolução social* (1965), e em sua tese de doutorado de 1968, porém emergiu com mais força em seu trabalho de livre-docência, resultante de pesquisas feitas entre os anos de 1969 e 1971, e defendido em 1972. A pesquisa de livre-docência sinalizou o papel que Weffort assumiria a partir deste momento como intelectual e ator político. Diferentemente de seus primeiros trabalhos sobre o populismo que apresentavam um “reducionismo classista”¹⁷, a sua livre-docência estaria marcada por uma interpretação “conjunturalista”, fruto em boa medida do contexto político e cultural da época. Suas formulações questionavam uma espécie de ressentimento da esquerda nacionalista em virtude da vitória do golpe de 1964 que, segundo

¹⁷ A expressão “reducionismo” é do próprio Weffort (2015).

Weffort, teria sido fruto de um erro de leitura dos quadros do PCB sobre a conjuntura política no período pré-golpe.

O “reducionismo classista”, encontrado em seus trabalhos iniciais e em sua tese de doutorado, defendida em 1968, teria dado lugar à crítica ao “colaboracionismo de classes”. A questão a ser compreendida em sua tese de livre-docência seria o corporativismo sindicalista, e as relações políticas as quais os sindicatos estariam submetidos, enquanto um sinal expressivo da sujeição do PCB ao ideário nacionalista. A denúncia de Weffort aos sindicatos fazia coro e era diretamente influenciada pelas críticas de Evaristo Moraes Filho em seu livro *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*, publicado na década de 1950. Este livro foi um dos primeiros trabalhos a apresentar uma revisão crítica da legislação trabalhista lançada por Getúlio Vargas, indicando uma análise sobre o caráter corporativo da legislação implementada durante o Estado Novo.

O livro de Moraes Filho foi capaz de romper, do ponto de vista da periodização e da perspectiva analítica, alguns limites presentes em diagnósticos anteriores sobre o sindicalismo. O trabalho era inovador por defender a autonomia sindical e por fazer uma crítica contundente ao caráter autoritário das instituições sindicais brasileiras, inspiradas na *Carta del lavoro*, instituída em 1927 durante o regime fascista de Mussolini. Moraes Filho chamava a atenção para o reconhecimento da história do movimento operário e para as manifestações autônomas das classes trabalhadoras, dissociando-se de análises anteriores que viam numa chave positiva a implementação da legislação trabalhista na era Vargas.

O livro apontava, contrariando as noções vigentes, que as classes trabalhadoras apresentavam evidências de terem plena consciência de suas capacidades, o que rompia com as premissas de que elas se constituiriam apenas enquanto “massas de manobra” de um Estado corporativista, que teria nos sindicatos sua forma mais eficiente de controle e repressão. Moraes Filho havia presenciado *in loco* os paradoxos das relações trabalhistas de sua época, ao atuar como secretário de duas comissões mistas no Ministério do Trabalho e ser nomeado procurador, com a criação da Justiça do Trabalho, em 1941. Além disso, Moraes Filho teria sofrido, em diferentes momentos de sua trajetória, perseguições políticas em razão de suas críticas às estruturas sindicais no Brasil, tendo sido preso, inclusive, quando da

promulgação do AI5. Sua obra fez parte, ao lado das pesquisas de Azis Simões, Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes e José Albertino Rodrigues, de uma linha interpretativa que buscou na Sociologia explicações para a formação e funcionamento dos sindicatos no país (WERNECK VIANNA, 1982).

Weffort (2015), ao fazer um balanço de suas posições acerca do sindicalismo nesse período, diria que o reducionismo classista, presente em seus trabalhos anteriores, teria dado lugar a um reducionismo político conjunturalista.¹⁸ Em outras palavras, a explicação inicial, que teria seus fundamentos interpretativos assentados nos pressupostos marxistas da macroestrutura econômica, da qual a luta de classes seria o principal elemento explicativo, daria lugar a uma leitura do momento político na tentativa de compreensão do por que a esquerda tradicional teria fracassado diante do golpe. Decorre do exposto a explicação segundo a qual tanto a “esquerda tradicional”, representada pelo PCB, quanto os movimentos sindicais teriam fracassado diante do regime militar em razão de sua dependência do Estado e do colaboracionismo de classe, ou seja, que a esquerda de orientação nacionalista estaria sujeita a um tipo de dependência, que se constituiu como parte essencial da estrutura ideológica do período 1945-1964, tão criticada por este autor.

A livre-docência sai de um estruturalismo classista para um voluntarismo classista, ou seja, no estudo do populismo, em 1968, eu me baseava apenas na origem social da classe operária, classe trabalhadora – por isso um reducionismo classista. Na livre-docência, em 1972, eu falo da conjuntura, da ação política e aí entra um voluntarismo de classe [...] (WEFFORT, 2015).

Neste ponto, Weffort estaria revendo sua posição em relação à ideia de determinação estrutural de classes e à noção elitista de consciência esclarecida da esquerda, que anunciava sua capacidade de “ir ao povo”, acreditando-se apta a entender determinados comportamentos sociais de acordo com a noção de “consciência de classe”. A partir de semelhante crítica, Weffort estaria anunciando, além da importância da política para a compreensão das mudanças sociais, a relevância da “independência de

¹⁸ “Creio que é precisamente nestes momentos de mudança estrutural que se percebe claramente que as estruturas não têm, nem poderiam ter, nenhuma eficácia histórica se não se atualizassem ao nível da conjuntura” (WEFFORT, 1972a, p. XIV).

pensamento” do operariado da época, ator político que, segundo sua visão, seria capaz de tomar as próprias rédeas das transformações que estariam por vir, seja no plano político institucional, seja no de possíveis disputas desvinculadas do âmbito político oficial. Além disto, buscando demonstrar que havia uma dinâmica interna do operariado que seria independente de fatores estruturais, ou das condições externas, como prefere chamar, ele apresenta o operário como sujeito da própria história, capaz de representar seus interesses tanto no nível corporativo quanto no político.

A revisão realizada a partir da ideia de que a noção de “consciência de classe” seria capaz de explicar determinados fatos históricos pode ser ilustrada nos seguintes termos:

Primeiro, desconsideram a influência da política sobre a formação das atitudes individuais, correndo assim o risco de superestimá-las como condição do comportamento de classe quando elas próprias são, em ampla medida, o produto de conjunturas e de processos históricos complexos que envolvem precisamente a política (WEFFORT, 1972, p. XVII).

Fazendo uma rápida síntese, pode-se apontar que em sua tese de livre-docência Weffort denunciava: 1) a submissão do sindicalismo oficial à estrutura estatal, incapacitado, desta maneira, de dar respostas à contradição capital *versus* trabalho, sua principal função nas sociedades capitalistas em desenvolvimento; 2) o ideário nacionalista, que emprestava sentido e justificava a aproximação entre trabalho e capital, destituído de qualquer capacidade de leitura política crítica da realidade; 3) a incapacidade da ideologia nacional-desenvolvimentista em perceber a importância da autonomia do movimento operário em relação ao Estado, e a relevância que este novo ator político poderia/deveria assumir diante daquele contexto político e econômico; 4) o potencial deste novo ator em romper e enterrar a herança varguista do sindicalismo corporativista, resquício ainda das influências do fascismo italiano; 5) a “politização” das greves e dos demais movimentos sociais que acabavam por neutralizar este novo agente político; 6) o colaboracionismo de classes, obstáculo principal para uma ruptura de fato com a estrutura político-econômica herdada da era Vargas, e, por fim, 7) a leitura incorreta da conjuntura feita

pelo PCB, que não acreditava que um golpe estivesse sendo gestado e apostava em uma estratégia pacífica de política.

A crítica contundente ao Partido Comunista Brasileiro se deve, particularmente, ao que Weffort considerava ser uma leitura equivocada sobre o golpe. O paradoxo essencial do partido, que teria ido de um extremo ao outro, ou seja, saído do “fracassado” *Manifesto de Agosto* (1950) em direção a uma estratégia totalmente oposta de colaboração de classes, era representado por um duplo aliancismo que o paralisava e o tornava, em larga medida, ineficiente em sua tarefa principal de avançar em pautas que estariam a seu cargo. Por controlar os sindicatos e, ao mesmo tempo, ser cúmplice e próximo ideologicamente do Estado, o PCB ficava incapacitado de se aproximar dos setores da economia privada em desenvolvimento, que, na leitura de Weffort, guardavam o elemento político transformador de maior importância naquele contexto, isto é, a classe operária não ligada aos aparelhos públicos ou aos setores industriais decadentes.

[...] o governo Kubitschek estará sempre no limite da repressão, limite dificilmente superável pelo fato de que seus adversários na área sindical, são os seus aliados na área política. Com o controle dos sindicatos, mas identificados com o nacionalismo e com a burguesia nacional, os comunistas, juntos com Goulart, terão que dar prosseguimento a uma orientação voltada para os setores decadentes da indústria e para o setor público, revelando-se incapazes de assumir o controle sobre a classe operária dos setores privados modernos, ou seja, dos setores potencialmente decisivos do movimento operário (WEFFORT, 1972a, p. IV.24).

A crítica aos “comunistas” é direcionada principalmente à sua política de alianças. Teria sido a partir da crise do Estado Novo que os “comunistas” passariam a estabelecer alianças com o governo, e, posteriormente, com os herdeiros do velho populismo varguista. Uma orientação que se coadunaria tardiamente à política de coexistência pacífica assumida pela União Soviética à época.¹⁹

¹⁹ Segundo Weffort, o sindicalismo populista brasileiro teria seguido orientações muito diferentes do sindicalismo argentino. Na Argentina, o movimento operário teria servido como condição para a formação do regime peronista, enquanto no Brasil, o regime é que teria condicionado a transformação do movimento operário em movimento sindicalista populista.

A política de alianças do PCB teria como fundamento a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, em agosto de 1942, sob pressão da opinião pública, quando o partido teria respondido rapidamente ao apelo de união nacional feito por Vargas naquela ocasião. Tal posição do PCB teria sido reiterada, em agosto de 1943, na Conferência da Mantiqueira.

Apesar destas aproximações entre o PCB e o governo Vargas, a aliança só se efetivou quando o processo de redemocratização nacional já estava em curso. Na visão de Weffort, Vargas relutou em aceitar a aliança, uma vez que isto impediria seu trânsito entre as áreas mais conservadoras da política naquele momento, em especial, junto às forças armadas. Esta relutância fica clara ao se considerar a data de anistia do partido, decretada apenas em abril de 1945, isto é, quando a II Guerra Mundial está no fim e o governo se prepara para estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética. Ainda assim, o que se vê neste momento seria mais uma tentativa de adesão dos “comunistas” ao governo do que uma aliança propriamente dita. A cooperação prática das duas forças políticas para alcançar um objetivo comum só começaria com o início da campanha pela constituinte, quando os “comunistas” passariam a fazer frente com o queremismo.

Para Weffort, só após o episódio da “Lei malaia” é que Vargas teria efetivado um acordo com o PCB. Isto porque o referido acontecimento teria lhe fechado uma saída pelo lado conservador e estimulado a União Democrática Nacional (UDN) a buscar uma solução através de um golpe de Estado. Deste modo, Vargas estaria “aceitando” os “comunistas”, única e exclusivamente, em virtude de seu isolamento político. Ou seja, seria ingênua a ideia de que os “comunistas” teriam se aliado a Vargas em razão da anistia política do partido. Ainda segundo a análise do autor, na conjuntura internacional que se abria após o fim da II Guerra Mundial, todas as forças políticas nacionais, com exceção dos integralistas, estavam dispostas a conceder anistia aos presos políticos e ao funcionamento do PCB. A anistia concedida ao partido iria além da conjuntura nacional, ainda que esta tivesse alguma importância, tal medida reforçava as diretrizes de “ordem e tranquilidade”, proclamadas pela União Soviética no pós-guerra. Os “comunistas” apareciam no cenário com uma estratégia de colaboração de classes, seguindo a orientação adotada na época pela União Soviética, em aliança com os EUA e demais potências ocidentais.

Neste sentido, o apoio a Vargas teria se dado, como no período de guerra, em razão da diretriz soviética que os brasileiros haviam traduzido para o contexto nacional: uma orientação política que objetivava a estabilidade e a defesa da democracia. Desta forma, Vargas contou com este apoio durante a guerra por ser chefe de governo e, após a guerra, dada a instabilidade que sua queda poderia criar no cenário nacional. Segundo Weffort, os “comunistas” teriam atuado naquele momento como um partido da ordem e Vargas os interessava como representante do governo, tanto que o apoio recebido se estenderia posteriormente a Linhares e a Dutra. Assim, a impressão que se tinha é que: “[...] os comunistas apoiariam naquele período a qualquer governo, desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinala[vam] o fim da guerra” (WEFFORT, 1972a, p. II.25).

Teria sido esta estratégia de colaboração de classes, iniciada com o governo Vargas, o caminho que levaria ao funcionamento da estrutura sindical oficial e seria responsável, posteriormente, por subordinar os interesses da classe operária à dependência do Estado. O inconformismo do autor refere-se à posição de subordinação do PCB que, segundo ele, sempre se pretendeu representante da classe operária e sobre a qual chegou a exercer influência. O erro do PCB teria sido sua incapacidade de assumir uma posição de independência em face do conflito entre as duas tendências políticas dominantes no país. Além disto, a crítica de Weffort recaía sobre a posição subalternizada assumida pelo partido nas alianças políticas firmadas com Vargas. Segundo sua percepção, apenas a subordinação à política externa soviética não seria capaz de explicar o caráter dependente do partido em relação ao governo, tampouco a sua incapacidade de assumir uma posição autônoma diante das duas tendências políticas dominantes no contexto nacional.

Ao aceitar a subordinação da estrutura sindical oficial de alianças com Getúlio Vargas, no âmbito político, o PCB estaria demonstrando sua incapacidade de organizar a classe operária de maneira autônoma. Ou seja, evidenciava sua inapetência para competir com o prestígio de Vargas diante das massas. Ainda segundo Weffort, foi para complementar a organização sindical oficial, que eles eram incapazes de controlar, que os “comunistas” tentaram criar o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) como uma instituição paralela. Desse modo, os “comunistas”

não estavam apenas interessados em confrontar forças com “os pelegos”, formados durante o Estado Novo, mas também em formar alianças com este setor do sindicalismo.

A crítica de Weffort aos “comunistas” se deveu também às “políticas antigreves adotadas pelo partido”. Nesse sentido, ele destacou o papel político que havia sido assumido ao longo do tempo pelos sindicatos e a perda de seu protagonismo nas questões econômicas. De acordo com sua análise, teria ocorrido uma inversão de papéis altamente prejudicial aos trabalhadores, pois os sindicatos acabavam apoiando o governo ao invés de “criarem dificuldades” para sua política de compressão salarial.

Operava-se assim desde o início um processo de inversão nas funções normais dos sindicatos. De associações que normalmente se definem primeiramente como de representação econômica e só secundariamente de relevância política, os sindicatos brasileiros começavam a transformar-se em associações onde a ênfase maior seria dada à mobilização política que interessava ao governo, em detrimento de suas funções de representação dos interesses econômicos da classe operária. Mais ainda, assumiam eles a função adicional de controlar, e onde isto não fosse possível, reprimir as reivindicações econômicas (WEFFORT, 1972a, p. II.35).

Weffort compara os “comunistas” ao sindicalismo pelego, afirmando que o partido foi capaz de mobilizar setores da classe operária tanto para o movimento da constituinte quanto para manter sob controle as reivindicações econômicas dos trabalhadores. Sua crítica é direcionada também à pouca mobilização do partido diante da deposição de Getúlio Vargas e a seu apoio imediato ao novo governo representado por Linhares. Soma-se a isto a tentativa de aproximação do partido com o Ministério do Trabalho do novo governo e o fato de o programa eleitoral dos “comunistas” reivindicar a colaboração governamental para a política sindical. Weffort também critica o que ele denomina de “absurdo político” dos “comunistas”, isto é, a reivindicação de ajuda ao Estado para a organização de uma central operária.

Weffort realiza questionamentos cada vez mais incisivos aos “comunistas” ao passo que estes mantêm a política da “ordem” e “tranquilidade” e continuam apoiando as políticas econômicas de compressão salarial em nome do fortalecimento da democracia. Desse modo, “[s]e até a queda de Vargas os

'comunistas' insistiam em que os operários deviam 'apertar o cinto' em nome da constituinte, insistirão depois que o fizessem em nome das eleições [...]" (WEFFORT, 1972a, p. II.40). Contudo, os "comunistas" mudariam suas posições em relação às greves de acordo com a conjuntura, o que também foi alvo da crítica de Weffort. Diante das pressões advindas do governo e da classe operária, o partido passou a se manifestar em relação às greves da seguinte maneira: "[...] greve não é desordem. Desordeiros são aqueles empresários e setores do governo que se recusam a atender ou não atendem a tempo as reivindicações dos trabalhadores (WEFFORT, 1972a, p. II.45).

Deste modo, Weffort questiona não apenas o "aliancismo" dos "comunistas" com o governo, mas também sua política de colaboração de classe, sua opção pela adoção da "ordem" e "tranquilidade" como mote político, e as contradições do partido em relação às greves durante os governos de Vargas, Linhares e Dutra. Sobre este último aspecto, é interessante mencionar que se antes as greves eram vistas pelos "comunistas" como "provocação", elas se tornaram, com a transição do governo Vargas, um "direito dos trabalhadores". Para Weffort, foi no governo Dutra que se iniciou o desmonte do sindicalismo populista, construído sobre o compromisso entre Vargas e os "comunistas".

Ao analisar as contradições do partido, Weffort critica o fato do PCB ter se transformado em um partido da ordem e isso sequer ter servido para que ele deixasse de ser combatido pelo próprio governo. Ou seja, o autor questiona o fato de o partido permanecer submetido a inúmeros tipos de repressão, mesmo quando buscava oferecer ao poder público provas de boa vontade. Foi nesse contexto, por intermédio de figuras como João Amazonas, Oswaldo Pacheco e Luís Carlos Prestes que o partido se colocou na posição de ataque e defesa do governo, uma vez que já havia se iniciado a campanha de opinião pública que resultaria na cassação do seu registro. Outras contradições criticadas por Weffort envolveram as posições do PCB sobre o direito de greve e a associação sindical durante os debates sobre a Justiça do Trabalho e a constituinte. Para Weffort,

[...] nem a UDN nem o PC. tinham nada de novo a oferecer como alternativa a esta ideologia [de Estado], refugiando-se a primeira no liberalismo jurisdicista anterior a [19]30 como última e

desesperada resistência às heranças do Estado Novo, enquanto que o segundo, descomprometido com os ideais liberais, tendia facilmente a abandonar suas proposições iniciais ou a dissolvê-las em compromissos com a ideologia dominante. Assim, os comunistas não foram capazes senão de uma defesa débil e confusa do direito de greve, identificaram-se com a ideologia dominante nos debates sobre a Justiça do Trabalho e terminaram por ceder tudo ou quase tudo no dispositivo sobre a liberdade de associação sindical (WEFFORT, 1972a, p. II.35).

Para compreender a posição assumida pelos “comunistas” na constituinte é necessário considerar que a permeabilidade destes atores à “ideologia dominante” teria reforçado as tendências surgidas das políticas de reforma da estrutura sindical oficial e da busca de uma aliança com o governo Dutra. Em seu texto *Origens do sindicalismo populista*, que é um excerto de sua tese de livre-docência, Weffort apresenta os principais pontos, objetivando lançar luz sobre o posicionamento dos “comunistas” naquele contexto:

Em realidade, é difícil saber o que terá sido mais importante, se os compromissos exigidos por sua política na conjuntura, se o fascínio que esta ‘ideologia de Estado’ exercia sobre este partido que não podia deixar de evidenciar as influências ‘tenentistas’ e nacionalistas de fundo pequeno-burguês que vêm dos anos 1930 e que certamente se acentuam quando se submete à liderança de Prestes. Apesar da notória penetração conquistada nestes anos pelo PC. junto à classe operária, penetração que tenderá a uma rápida decadência no período posterior até 1964, este partido se diferenciava bastante dos tipos mais comuns de partidos operários. Esta formação nacional pequeno-burguesa do PC. é certamente um fator a mais para explicar seu comportamento na conjuntura da redemocratização do país (WEFFORT, 1973a, p. 99).

Segundo Weffort, para entender de fato o posicionamento político deste partido é preciso ponderar que sua postura ambígua em face da direita só seria possível até o episódio da morte de Getúlio Vargas. Portanto, no dia seguinte ao suicídio, o PCB realizaria a mudança mais oportunista de toda sua história, isto é, o partido alteraria sua tática política a 180 graus, colocando-se como defensor fervoroso da memória de Vargas, na

tentativa de liderar as massas. A partir deste momento, a tradição nacional-populista, representada pela memória de Vargas e de seus herdeiros políticos, formaria uma das linhas centrais do pensamento e da ação dos “comunistas” até o ano de 1964.

Decorre da crítica radical de Weffort aos “comunistas” o surgimento da polêmica entre ele e Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Estes autores fariam a “crítica da crítica” de Weffort aos “comunistas” no texto intitulado “Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo” (1973), a expressão em latim seria o equivalente em português a “há um limite nas coisas”. Weffort responderia a esta crítica com seu trabalho “Dejemonos de farsas inúteis”²⁰. O que os próprios companheiros intelectuais de Weffort parecem ter tentado fazer foi alertá-lo de que suas críticas vinham assumindo um tom demasiadamente radical e que seria necessária uma melhor avaliação do contexto político no qual se encontravam, sob o risco de se pagar um alto preço pelo aprofundamento de uma polarização política já extremada.

Em entrevista de 2015, Weffort demonstrou ter revisto sua posição em relação a atuação do PCB na era Vargas. Admitiu a importância do papel conciliador do partido diante daquele contexto complexo, no qual dificilmente se conseguiria fugir das alianças; e, reconheceu, inclusive, a assertividade das críticas realizadas por Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida a seus apontamentos.

A importância que Weffort confere à autonomia dos trabalhadores e aos movimentos de greve em seu texto “Participação e conflito industrial (Contagem e Osasco – 1968)”, publicado em 1972, são essenciais para perceber que ele antecipou uma leitura da conjuntura política que era ainda nebulosa aos olhos da maioria dos estudiosos daquele período. Além disto, ao mesmo tempo em que antevia este movimento, o encorajava/estimulava através de seu papel como intelectual público, escrevendo, por exemplo, para o semanário *Opinião*²¹.

²⁰ Entre os textos gerados pela polêmica apenas a livre-docência de Weffort e seu texto “Origens do sindicalismo populista no Brasil” estavam disponíveis na época de nossa pesquisa. Ao entrevistarmos Weffort, em 2015, ele mencionou o ocorrido. A referida polêmica também foi relatada nos trabalhos de Lahuerta (1999) e Werneck Vianna (1982). Mais recentemente, André Cruz e Daniela Mussi recuperaram alguns documentos e reconstituíram este debate em um artigo que foi apresentado no 41º Encontro Anual da ANPOCS, em 2017, sob o título “Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978).

²¹ O artigo “Trabalhadores calados”, publicado na edição de janeiro de 1973 do jornal *Opinião*, é representativo deste estímulo de Weffort à luta autônoma dos trabalhadores.

No artigo sobre Contagem e Osasco, assim como em sua tese de livre-docência, Weffort apontou o surgimento de um novo ator nas relações entre capital, trabalho e sindicatos, durante as décadas de 1960/1970. E atentou para o aparecimento de organizações de trabalhadores desvinculadas do “sindicalismo corporativista”, das empresas e do Estado, na época. Nestas novas instituições, Weffort encontrou outras formas de organização e orientação que lhe forneceram os elementos para afirmar, de forma original, que estava surgindo um novo ator no campo do sindicalismo, capaz de alterar as tradicionais relações de poder, reforçadas ao longo do tempo pela política populista.

Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de independência em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista (WEFFORT, 1972, p. 2).

Weffort realizou uma análise demográfica da greve, considerando os seguintes aspectos: a) a localização dos centros de greve; b) a população residente em localidades específicas que poderiam contribuir com o fenômeno das paralizações; c) a diferença de população industrial e rural, e d) a relação entre concentração industrial e sua proximidade com setores de residências operárias etc., com o objetivo de compreender porque os movimentos grevistas de Contagem e Osasco haviam assumido feições tão diferenciadas, quando comparados aos demais movimentos de trabalhadores que ocorriam no restante do país. Os dados obtidos por ele, ainda durante sua atuação no CEBRAP, ajudaram a explicar que o “ineditismo” no formato das greves de Contagem e Osasco se devia a seu caráter espontâneo, ou seja, eram irrupções voluntárias de massas operárias, descoladas do “peleguismo” do velho sindicalismo já duramente criticado por ele.

Neste sentido, as demandas e transformações nas relações capital x trabalho, que desfavoreciam a classe trabalhadora, estariam surgindo de “baixo para cima”, por intermédio de comissões de fábricas e outras organizações da sociedade civil que estavam desvinculadas do aparelho estatal e da estrutura do sindicalismo oficial. Sobre a greve de Contagem, ela teria ocorrida “como um ato espontâneo da massa operária e sua

espontaneidade terminou por impor-se mesmo àqueles que [...] tentaram controlar, coordenar ou dirigir os acontecimentos" (WEFFORT, 1972, p. 22).

A sua análise classista estaria sendo sucedida por interpretações que assumiam o "protagonismo dos fatos" e o registro histórico dos "fenômenos de longa duração", além das ideias de "modernização conservadora", "revolução passiva", entre outras noções, como chaves interpretativas mais adequadas para compreender determinados processos políticos. Deste modo, a perspectiva classista de Weffort estaria dando lugar a uma espécie de conjunturalismo em suas interpretações. Isto teria ocorrido não apenas pela influência de colegas do CEBRAP, que trabalhavam mais próximos deste registro, mas pelo contato de Weffort com a obra de Gramsci, que chegava ao Brasil com mais força através de figuras como Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, entre outros.²²

Apesar de apresentar uma transição em direção a uma chave compreensiva, isto é, do classismo para o conjunturalismo, este trabalho de Weffort ainda estava marcado pela "perspectiva classista de interpretação" que mobilizava, além da noção de classe, a ideia de "consciência esclarecida", provavelmente, proveniente de suas leituras da obra de Lukács, *História e consciência de classes: estudos sobre a dialética marxista* (1923), como referência para analisar os fenômenos envolvendo as relações entre capital e trabalho.

Neste sentido, a *espontaneidade operária representa, no essencial, um impulso para novas formas de organização*. Da mesma maneira, a greve espontânea pode ser vista como representando uma forma embrionária da consciência social dos operários que no ato da greve abandonam sua costumeira posição de submissão e assumem uma atitude de resistência coletiva aos grupos dominantes, de dentro ou de fora da empresa (WEFFORT, 1972, p. 23-24, grifos do autor).

Além destas alterações em sua perspectiva interpretativa, é relevante também mencionar que Weffort trazia neste trabalho outras explicações para o surgimento da greve, tais como os atrasos nos pagamentos dos salários, os cortes de pessoal, o arrocho salarial, entre outras, o que lhe permitiu ir além da

²² Weffort mobiliza ideias presentes no texto *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, de 1968, de autoria de Gramsci, para explicar os conceitos de hegemonia, grupo de classes etc.

simples crença de que havia um movimento espontâneo de conscientização por parte dos trabalhadores de Contagem e Osasco.

Sobre os operários da Belgo-Mineira, por exemplo, Weffort afirmou que suas iniciativas foram completamente inesperadas, já que os trabalhadores elegeram comissões alternativas aos sindicatos para representá-los no diálogo com os diretores da companhia. Esta greve teria começado completamente fora dos marcos do sindicato e o Ministério do Trabalho, embora ciente dos acontecimentos, não teria dado a devida atenção ao evento, considerando-o como um caso isolado, o que teria inflamado ainda mais os ânimos daqueles que reivindicavam novos direitos. Para elucidar o espontaneísmo dessa greve, Weffort apontou que “não teria havido nenhuma reunião formal para [...] [instituí-la, isto é, que ela] foi decidida no momento mesmo de sua eclosão” (WEFFORT, 1972, p. 39).

Um dos problemas detectados por este autor nos episódios de Contagem e Osasco foi o surgimento de “um vazio” no lugar dos sindicatos oficiais, que deveriam cumprir as funções de articulação e representação dos movimentos dos trabalhadores no que diz respeito às disputas impostas pela relação capital x trabalho. Apesar de alguns “desencontros”, e deste vácuo deixado inicialmente pelos sindicatos oficiais, algumas lideranças passaram, ao longo do tempo, a assumir um maior protagonismo na direção das mobilizações que vinham ocorrendo. No caso da Cobrasma, por exemplo, Weffort chamou a atenção para o papel dos centros estudantis e da “comissão de fábrica” nas articulações políticas posteriores ao caso de Osasco. E argumentou que, embora essas lideranças fossem débeis e sem experiência de negociação, elas eram mais “evoluídas” do que o sindicalismo oficial.

Ao relegar para segundo plano as instituições que, historicamente, estiveram a cargo de intermediar as negociações entre capital e trabalho, Weffort estaria reconhecendo e estimulando o protagonismo de novos atores nas transformações político-econômicas que vinham ocorrendo durante as décadas de 1960/1970. Nesse caminho, o autor sugere que tanto as esquerdas quanto os sindicatos envolvidos nas greves estavam sendo preteridos por um novo agente transformador nas disputas econômico-corporativas que vinham ocorrendo.

A quem se referia: às 'oposições sindicais' locais ou às organizações de esquerda? Quaisquer que fossem suas intenções ao fazer esta declaração, não deve ter lhe custado muito perceber que, embora presentes nos acontecimentos, nem uns nem outros estavam qualificados para representar os grevistas. O fato é que a 'oposição sindical' dos metalúrgicos estava, desde as eleições, comprometida com as diretorias do sindicato e parecia tão confusa quanto esta perante os acontecimentos. As organizações de esquerda provavelmente presentes pelo menos desde as eleições sindicais, contribuíram ocasionalmente para agitar os trabalhadores locais. Contudo, se agitaram muito, também parece certo que organizaram pouco, seja porque fossem pequenas (de fato parecem mais fortes entre os estudantes do que entre os operários), seja porque estivessem comprometidos com a perspectiva de uma retomada dos sindicatos oficiais. Resta, portanto, a massa dos trabalhadores. Foram eles realmente que 'se utilizaram dos processos equivocados' e é a eles que o ministério vai se dirigir (WEFFORT, 1972, p. 46).

Contudo, Weffort não isentava a massa dos trabalhadores de erros de organização, e, principalmente, de uma debilidade no poder de barganha com as estruturas estatais, tampouco do fato de que a inexperiência desses trabalhadores em processos como estes contribuisse para que suas lideranças os impedissem de ir além, por exemplo, na expansão e manutenção dos movimentos grevistas. Desse modo, a inexperiência dos trabalhadores não apenas os enfraquecia como os limitava drasticamente em sua capacidade de atuação. Outro limite observado pelo autor era o fato de haver representantes experientes trabalhando com meios de ação ainda pouco desenvolvidos, o que resultava em atuações que acabavam circunscritas às propostas que o próprio governo lhes oferecia.

Weffort colocou as seguintes questões acerca dos conflitos em Contagem e Osasco: 1) essas greves teriam se constituído como simples desvios em meio às demais manifestações grevistas, isto é, teriam sido "contaminadas" pelo sindicalismo populista, ou estariam demonstrando uma alteração nas determinações estruturais dos fenômenos reivindicatórios?; 2) elas só teriam tomado tais proporções por conta de condições momentâneas específicas?; 3) estariam surgindo novas tendências de independência por parte do movimento operário?; 4) tais tendências seriam capazes de romper com a presença

dos velhos hábitos ideológicos e organizatórios do sindicalismo populista?; 5) se fosse verdade que uma nova tendência de independência operária estivesse surgindo, seria possível saber se tais tendências teriam condições internas de êxito para o conjunto do movimento sindical? Tais questionamentos sugerem que, embora estivesse olhando para as greves de Contagem e Osasco com otimismo, ele não deixava de registrar que os dois movimentos pagaram, de certa forma, tributos ao velho sindicalismo populista, uma vez que mesmo com a adoção de algumas inovações organizatórias, especialmente, as comissões de fábrica, o movimento não conseguiu ficar totalmente livre da estrutura oficial dos sindicatos.

A cristalização das narrativas sobre o populismo

A leitura de Weffort, sobre esses acontecimentos e suas possibilidades de interpretação, ao ser levada às últimas consequências, anunciava a necessidade de um novo ator político. Em outras palavras, a necessidade de uma agremiação política que não se constituísse com base em alianças ou compromissos políticos realizados nos marcos tradicionais de cooptação de classe. Um movimento “orgânico” que surgisse de “baixo”, capaz de romper com a herança política brasileira, baseada, segundo sua visão, em arranjos entre as elites. Este movimento deveria ocorrer de forma autônoma, destituído da liderança de qualquer “vanguarda esclarecida” e ser proveniente das vontades e necessidades do novo movimento operário, que se constituía, entre outros fatores, a partir de suas insatisfações com as consequências do fim do “milagre econômico”.

A rigor, o surgimento do Partido dos Trabalhadores, alguns anos à frente, pode ser interpretado como a síntese deste movimento político autônomo que emergiu à margem da “velha política” nacional e seus respectivos atores. Advindo de um movimento coletivo com forte caráter voluntarista do qual faziam parte comunidades eclesíásticas de base, trabalhadores, sindicalistas, ex-integrantes da guerrilha armada e intelectuais. Decorre disso, o fato do PT ter sido fruto da fusão das críticas ao populismo, ao nacional-desenvolvimentismo, ao sindicalismo corporativista e ao marxismo de orientação soviética com a ação de uma fração da sociedade que, há muito tempo, estava insatisfeita com o distanciamento entre as instituições políticas e a sociedade civil e que

não se via representada pelos atores e partidos políticos daquela época.

Deste modo, as formulações interpretativas de Weffort, acerca do populismo e de seus temas adjacentes, podem ser reconhecidas como um substrato teórico-ideológico do PT, uma espécie de explicação *ex-ante* para o surgimento deste partido. Conforme exposto anteriormente, este substrato teve como base a sociologia marxista uspiana, o ecletismo intelectual de Florestan Fernandes, os estudos da cadeira de Política uspiana, a influência dos demais intelectuais que vinham se debruçando sobre a temática do populismo e da dominação de massas, etc., mas, para além disto, o fator fundamental para que estas ideias pudessem se traduzir em ações concretas foi o papel de intelectual público²³ exercido por Weffort durante sua trajetória política e intelectual.

Sua ação como intelectual-militante tornou possível a produção de uma narrativa radical que veio a se cristalizar no imaginário sócio-político de uma sociedade que não acreditava mais nas soluções propostas pelos membros da “política tradicional”. Parte destes atores encontrou nos movimentos sociais e na *realpolitik* perspectivas de avanço e superação do atraso, tendo em mente a ideia de que o “novo” poderia superar os vícios e imperfeições do passado político brasileiro.

TAUIL, R. M. From the critique of populism to public life – considerations about the intellectual trajectory of Francisco Weffort. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 59-97, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *In this article we analyze part of the political-intellectual trajectory of Francisco Corrêa Weffort, as well as his interpretation about Brazil. Our main hypothesis is that Weffort, with his populism theory formulation, constructed an ex ante justification to the PT's formation in 1979. In his early interpretations about Brazil, especially about the populism theory, there is an understanding that the effective democratization of the country would require a rupture with the republican tradition centered on the theme of Nation-building. Precisely this reality apprehension, which focused in the criticism of the populism demagogic characteristic, would be the main reason for his commitment with the creation of a new workers' political organization that would*

²³ A noção de intelectual público é proveniente das ideias desenvolvidas por Michael Burawoy em seu artigo: *For public Sociology*, publicado em 2005.

be able to affirm not only a classist perspective, but also to disrupt with the conformism and class conciliation, typical, in his vision, of both the labor tradition and the Brazilian Communist Party (PCB, in Portuguese). This line of thought, which aimed to break up with national-populist conceptual framework, expanded after 1964 military coup and became hegemonic in the academic sphere and among the Left not linked to the PCB during the 70s, which encouraged an expressive fraction of the intellectuality to experience the political life and to commit into the Worker's Party creation.

■ **KEYWORDS:** Francisco Weffort. Intellectuals. Brazilian Political Thought. Interpretations about Brazil. Populism.

Referências

ALMEIDA, M. H. T. de; MARTINS, C. E. *Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo: Cebrap, 1973. (Mimeografado).

BAPTISTA, K. A. *O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos setenta*. Orientador: Milton Lahuerta. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

BARBOZA FILHO, R. *O conceito de populismo: uma revisão teórica*. Orientador: Luiz Werneck Vianna. 1980. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980.

BURAWOY, M. For public Sociology. *American Sociological Review*, Chicago, v. 70, n. 1, p. 4-28, 2005.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, F. H. O regime político brasileiro. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2, 1972.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Orientador: Florestan Fernandes. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1962.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARDOSO, F. H. FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARDOSO, F. H., LAMOUNIER, B. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHILCOTE, R. *Intellectuals and the search for national identity in twentieth-century Brazil*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

CRUZ, A. K. V.; MUSSI, D. X. H. Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida (1972-1978). *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, Brasil, 2017.

DEBRAY, R. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1967.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. Lisboa: Ulisseia, 1961.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, O. *O negro na sociedade de castas*. Orientador: Florestan Fernandes. 1961. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1961.

IANNI, O.; SINGER, P; COHN, G.; WEFFORT, F. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Orientador: Gabriel Cohn. Tese (Doutorado em Ciência Política). 1999. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAHUERTA, M.. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. *Perspectivas*, São Paulo, 28, p. 157-186, 2005.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].

MAIA, J. M. E. *A história de um conceito: o populismo no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2001. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MOISÉS, J. A. *Classes populares e protesto urbano*. Orientador: Francisco Weffort. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MOISÉS, J. A. *Greve de massa e crise política – estudo da greve dos 300 mil em São Paulo (1953-54)*. São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978

MORAES FILHO, E. de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa Ômega, 1952.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: CEBRAP, 1972.

PCB. *Manifesto de Agosto*. 1950. Disponível em <<https://www.novacultura.info/single-post/2016/03/25/PCB-Manifesto-de-agosto-de-1950>>. Acesso: 05 fev. 2018.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PINTO, G. L. H. *Subdesenvolvimento, desenvolvimentismo e política: o pensamento de Celso Furtado e José Medina Echavarría*. 2016. Orientador: Vera Alves Cepêda. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

POCOCK, J. G. A. *Politics, language and time: essays in political thought and history*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

SANTOS, W. G. *A Ciência Política na América Latina. Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 1, n.23, 1980.

SARTI, I. *Estiva e política: estudo de caso no porto de Santos*. Orientador: Francisco Weffort. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

SINGER, P. *As contradições do milagre. Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.6, 1973.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil*, 1971. (Mimeografado).

VIANNA, L.W. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 69-93, 1982.

VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

WEFFORT, F. C. *Classes populares e política: contribuição ao estudo do populismo*. Orientador: Paula Beiguelman. 1968. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

WEFFORT, F. C. Notas sobre a “teoria da dependência”: teoria de classe ou ideologia nacional? *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 1, p. 1-24, 1971.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, F. C. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra). *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, p. 66-105, 1973a.

WEFFORT, F. C. Os trabalhadores calados. *Jornal Opinião*, São Paulo, n. 12, 1973b.

WEFFORT, F. C. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco – 1968. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n.5, p. 5-93, 1972.

WEFFORT, F. C. Política de massas. In: IANNI, O.; SINGER, P.; COHN, G. (Orgs.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WEFFORT, F. C. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-60, 1965a.

WEFFORT, F. C. *Sindicatos e política*. Tese (Livre-Docência da Universidade de São Paulo). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972a.

Entrevistas

WEFFORT, F. *Entrevista cedida a Rafael Marchesan Tauil*. Rio de Janeiro, 2015. [Presencial, com 1h50min de duração]

